

A VIDA DAS MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA!

Hildete Pereira de Melo
Abril 2020

FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG

O ano de 2020 chegou diferente e, como escreveu o poeta *"de repente, não mais que de repente ... do riso fez-se o pranto"* (*Soneto da Separação*, Vinicius de Moraes), a pandemia do Covid19 irrompeu com um realismo cruel na vida da população mundial e, no Brasil, passado o carnaval explodiu alarmando a população. E em uma sociedade já combalida pela crise econômica com milhões de desempregados e desalentados, a tragédia da pandemia expõe de forma dramática as desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Foi em um cenário de uma economia estagnada que explodiu a crise da saúde e o Brasil, aos trancos e barrancos, teve que parar para contragosto do Presidente da República. No dia 24 de março de 2020, a *ONU Mulheres* lançou um apelo a todos os países da América Latina e do Caribe para que dessem uma atenção especial às mulheres. E, nesta crise do Covid19, é preciso assegurar que as vozes – necessidades e demandas – das mulheres estejam no centro da resposta dos governos (federal, estadual e municipal), das políticas públicas de atendimento à população como resposta à crise. Porque elas são essenciais na luta contra o Covid19, ao enfrentarem os desafios dos cuidados, na família e no trabalho como profissionais da saúde, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais e na miudeza da vida cotidiana da família e do trabalho, serão as mais afetadas pela crise. Mas, ignoradas pelas políticas econômicas sociais do atual governo.

O trabalho está na base da produção do viver em sociedade e é um mediador das relações das pessoas com a sociedade, também é através dele que se organiza o exercício do poder e a dominação na sociedade. No Brasil, ao longo dos últimos setenta anos, a participação das mulheres na força de trabalho cresceu, de 13,6% da População Econômica Ativa (PEA) em 1950, para 44,1% em 2000 (IBGE, Censos, 1950 e 2000) e, desde então, esta participação continua neste patamar até 2017. Portanto, continua proporcionalmente menor que a dos

homens ao longo destas décadas. A importância desses números é que eles atestam que, na vida cotidiana, há uma dependência econômica das mulheres e que nos segmentos mais pobres da população isso é ainda mais dramático, sobretudo quando se considera as mulheres pretas e pardas.

As mulheres estão mais concentradas nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos remunerados, alojamentos, alimentação, atividades que estão diretamente relacionadas à reprodução da vida. E os homens estão concentrados na agropecuária, indústria, construção civil, atividades relacionadas à produção dos bens materiais. Assim, as mulheres estão mais presentes nos setores produtivos que apresentam menor remuneração e piores coberturas sociais e ganham em média cerca de 25% menos que os homens, mesmo com cargos e qualificação semelhantes. *Portanto, a ida massiva ao mercado de trabalho no Brasil não significou a construção da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.* Esta realidade está presente na vida das mulheres em todos os países e, nesse momento, o cruzamento das duas esferas (produtiva e doméstica) diante da pandemia desnuda a permanência da sobrecarga de trabalho das mulheres ao longo dos tempos.

Na realidade, a crise econômica brasileira tem possibilitado um deslocamento do trabalho formal (com carteira de trabalho) para o informal e, de forma perversa, 82% destes novos postos de trabalho foram ocupados por mulheres negras, grande parte delas no emprego doméstico, sendo 71,2% destes postos de trabalho informais, e as demais são trabalhadoras por conta própria (ambulantes e cuidadoras). Uma das consequências da crise econômica foi o crescimento do empreendedorismo e as mulheres são a maioria das microempreendedoras individuais e, provavelmente, são as "informais" que migraram diante do desemprego para estas novas formas de trabalho. Outro aspecto que devemos chamar atenção é que cerca

de 45% destas mulheres são responsáveis pela família e a perda de rendimentos afeta seus filhos e dependentes, tornando toda sua família um batalhão de miseráveis.

O retrato traçado acima depara-se, no momento, com um quadro de desatinos e retóricas sobre as propostas de políticas públicas para enfrentar esta crise. Do isolamento social como modo de vencer a pandemia e o aprofundamento da crise econômica pela política do isolamento social, embora todos os países do mundo tenham seguido este caminho, o governo federal segue calmamente com um calendário que ignora o apelo famoso do *Betinho ... quem tem fome tem pressa!* Há enorme lentidão em concretizar as medidas draconianas, já anunciadas pelo governo, que permitem a redução de salário e jornada ou até a suspensão de contratos e preveem a complementação de remuneração pelo governo, tendo como base o seguro-desemprego. Esta medida só se refere às mulheres nos casos específicos das empregadas domésticas com carteiras, tendo o mesmo tratamento que os demais trabalhadores e com relação às trabalhadoras gestantes, elas também têm os contratos reduzidos ou suspensos como demais trabalhadores, só não podem ser demitidas sem justa causa. Mas, aquelas que estão em licença-maternidade não podem ter alteração nos seus contratos.

Com relação ao trabalho informal, foi finalmente assinada a Lei 13.982 de 02/04/2020 que cria o auxílio emergencial para quem não recebe benefícios previdenciários ou assistenciais, além do seguro desemprego, cuja medida define que as mulheres chefes de família, que preencham estas condições, recebam R\$ 1.200 reais nos próximos três meses. Foi uma vitória construída no plenário da Câmara Federal, porque o projeto de lei não tinha considerado esta questão e permite um mínimo de sobrevivência para milhões de famílias chefiadas por mulheres.

Quanto ao aumento da violência doméstica devido ao confinamento das famílias, fenômeno não só brasileiro, a ministra de Estado da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, declarou que o governo está preocupado com esta questão. O *Disque 180* do governo federal mostrou um crescimento de 9% nas denúncias de casos de violência doméstica, quando comparado com o mesmo período do ano passado. A ministra prometeu que nos próximos dias será possível fazer denúncias tanto ao *Disque 180* como ao *Disque 100*, por meio de um aplicativo para telefone celular com sistemas operacionais Android e IOS. E o depoimento da juíza titular da vara de violência doméstica do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Adriana Mello, mostra a preocupação que deve ter o Estado com relação a esta questão tão espinhosa para todas as mulheres. No Rio de Janeiro, foram registrados 724 pedidos de medidas protetivas de urgência no plantão judiciário do estado, e a ministra teme que as medidas de restrições de circulação possam limitar as denúncias: *"É importante reforçar que se ela está sofrendo violência física pode ligar para o 190 e acionar a Política Militar... as delegacias da mulher também estão abertas 24 horas ..."* (Jornal O Globo, *Celina*, p.16).

Um dos temas que esta pandemia trouxe à tona, de forma avassaladora, para a sociedade brasileira foi a dimensão da

divisão sexual do trabalho em relação ao trabalho não-pago realizado para a reprodução da vida no interior das famílias. As classes médias nacionais contemporizaram com esta situação ao longo de toda a nossa história. E, assim, as trabalhadoras domésticas são ainda um dos maiores contingentes de trabalhadores nacionais, significando 14,6% dos trabalhadores nacionais (IBGE, PNADC, 2018) e, destes milhões de trabalhadores, 92% são mulheres. Elas necessitam de proteção especial do Estado, pois são maioria nos trabalhos informais e, com o isolamento social, perderão fontes de renda, além de mais vulneráveis à violência doméstica.

No entanto, a pandemia expôs de forma contundente a realidade do trabalho doméstico: afazeres domésticos e cuidados. Pesquisando este tema há alguns anos, estimo que cerca de 15 milhões de famílias brasileiras têm trabalhadoras domésticas nas suas diversas facetas, mensalistas ou diaristas. Mas, a quarentena expôs o problema de outra forma. Para as donas de casa dos estratos médios e alto da sociedade que, neste momento, vivem a quarentena do Covid19, tudo ficou de cabeça para baixo. Viver exige muitas tarefas ao longo do dia até a hora de deitar, tais como limpar a casa, cuidar das crianças, cozinhar, lavar prato e roupas, passar ferro. Faz-se o café da manhã, em seguida vem o almoço e depois lanche da tarde e janta. Estas tarefas eram divididas com as trabalhadoras domésticas, mesmo para aquelas com contratos de dois ou três dias. Agora, a pandemia mudou esta rotina. Ou se assume trazê-las com todos os riscos inerentes ao contágio ou a família faz. Porque continuamos comendo, sujando e limpando. E os homens das famílias, maridos, companheiros, filhos que façam!!! E uma leitura do ZAP mostra bem essa ressignificação da divisão sexual do trabalho e do significado de sua carga para essas mulheres, sem as suas trabalhadoras domésticas. Elas brincam e em tom jocoso expressam esse sentimento: *"nunca pensei que fazer estas tarefas fossem tão desgastantes e não param nunca"* (professora universitária aposentada, Maceió, AL, 02/04/2020); *"você deprimiu porque fez faxina, eu até me redimi, depois que vi minha sala faxinada e a luz do abajour"* (advogada, Rio de Janeiro, 03/04/2020).

Será que novos tempos se anunciam e as mulheres exigirão novas atitudes masculinas? Pode-se ter esperança de que a pandemia revele alguma mudança no comportamento masculino em relação a estas atividades, diferentes das únicas que eles admitem fazer como cozinhar, ir ao supermercado, jogar bola com criança, pagar contas na internet e tirar do vocabulário "deles" o verbo "ajudar" para caracterizar que estas atividades no interior das famílias são atribuições de todas as pessoas da família?

Uma grande preocupação internacional e nacional é com as pessoas que trabalham nos serviços essenciais de saúde. Estas são massivamente as enfermeiras, atendentes de enfermagem, fisioterapeutas, assistente sociais, professoras e também médicas. No Brasil, as mulheres preenchem 63% das vagas de emprego consideradas de grande risco em relação ao Covid19, enquanto são 43% da força de trabalho do país (IBGE). Por sua vez, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva afirma que é preciso *"rever o ambiente de trabalho, investir em higienização, equipamentos de proteção"* (O Globo, 05/04/2020, p. 4).

Seguindo as recomendações da ONU Mulheres, é necessário que o Estado forneça os dados da Covid19 por sexo para o país, não só para a mortalidade, mas para as pessoas infectadas. É necessário conhecer se há diferenças nestes números por sexo. É preciso entender se há uma maior vulnerabilidade por sexo na transmissão do vírus entre as pessoas.

Quando um atrevido *novo vírus* derruba as economias mundiais e aplasta toda a sociedade? A pandemia escancarou a

pobreza feminina, trouxe para o debate nacional o fardo das tarefas domésticas e a difícil conciliação das mulheres em irem para o mercado de trabalho e o cuidado com a família. É preciso que o governo brasileiro priorize as mulheres nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em geral e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

CONTATO

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil

Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil

www.fes-brasil.org
fesbrasil@fes.org.br

Hildete Pereira de Melo é professora da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense, Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.